

Éramos "Oito": A Trajetória da Dissidência Comunista da Guanabara/ Movimento Revolucionário 8 de Outubro (1964-1973)

Izabel Priscila Pimentel da Silva*

O golpe civil-militar que derrubou o governo democrático do presidente João Goulart em 1964 colocou o Brasil sob uma ditadura que, a rigor, duraria mais de vinte anos e iria perseguir, cassar, censurar, prender, banir e matar as vozes dissidentes. Os partidos e movimentos de esquerda brasileiros sofreram profundamente o impacto do golpe e da derrota sem resistência das forças progressistas, sobretudo o *Partido Comunista Brasileiro (PCB)*, que, mesmo permanecendo na ilegalidade, viveu seu período de apogeu na década de 1960, representando o principal expoente das esquerdas.¹ No entanto, embora o PCB fosse a maior força no seio das esquerdas consideradas mais radicais, o "Partidão" – como era apelidado – passou a sofrer a concorrência de grupos políticos *mais à esquerda*.

A contestação ao PCB e o questionamento à sua hegemonia no campo das esquerdas eram feitos por diversas organizações como o *Partido Operário Revolucionário (Trotskista)*, o POR(T), surgido em 1952; a *Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP)*, fundada em 1961; a *Ação Popular (AP)*, formada a partir de quadros da *Juventude Universitária Católica (JUC)* e constituída entre 1962 e 1963 e o *Partido Comunista do Brasil (PCdoB)*, criado em 1962 a partir de um "racha" no próprio PCB.²

No imediato pré-64, de uma maneira geral, todos esses grupos – do PCB, então a principal força das esquerdas, até as organizações que rivalizavam com ele – confiavam na força das esquerdas. Contudo, o otimismo das esquerdas foi sobrepujado pelo golpe civil-militar das direitas. Um golpe que, praticamente, não enfrentou resistências. Após a vitória dos golpistas, iniciou-se um processo de "autocrítica", de levantamento dos "erros" e busca por "culpados" pela derrota, provocando "sangrias orgânicas irreparáveis nos partidos e movimentos clandestinos atuantes, sobretudo no PCB, principal força das fileiras derrotadas".³ Nesse doloroso processo, o mais antigo partido comunista do país assumiria um novo papel – o de *bode expiatório*.⁴ Acusado de cautela excessiva e conservadorismo, o PCB perdeu prestígio e influência política, sendo abalado por sucessivas e desgastantes cisões internas. O partido partia-se... O meio estudantil também não passou incólume pelas lutas internas das esquerdas nos

anos 1960: entre 1965 e 1968, as bases universitárias, em várias partes do país, romperam com o PCB, constituindo as *Dissidências Estudantis* (DI's).

E, para além dessa oposição *externa*, o PCB também era pressionado, questionado e confrontado *internamente*. E seria de dentro das fileiras do "Partidão" que surgiriam rebeldes – dos mais diversos matizes – que iriam desafiar abertamente a direção partidária. As divergências se aprofundariam e tornariam a relação com e a permanência no partido impraticáveis. Um abismo intransponível, onde foram gestados os embriões de organizações revolucionárias que, em pouco tempo, iriam ofuscar o velho partido comunista. "Velho" não só no sentido de antigo, mas de arcaico, ultrapassado, retrógrado, na concepção dessas organizações. Se não era possível mudar o PCB, era preciso *mudar-se dele*, sair, romper, "rachar", ir além, partir pra outra e consolidar um novo campo de "novas" esquerdas – dissidentes, alternativas, radicais, revolucionárias.

As divergências no interior do PCB – de onde surgiram algumas das organizações da "nova esquerda" brasileira – podem ser divididas em duas vertentes: a primeira era a chamada *Corrente Revolucionária*, que reuniu nacionalmente diversos setores que se opunham à direção do partido⁵; a outra vertente das divergências internas do PCB estruturou-se em torno das chamadas *Dissidências*, basicamente formadas por setores estudantis. As DI's, como ficaram conhecidas, surgiram em vários Estados, com destaque para Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul. Contudo, seria no então Estado da Guanabara que a Dissidência do PCB alcançaria maior relevância no cenário político e estudantil dos anos 1960.

As origens da *Dissidência Universitária da Guanabara*, que, posteriormente, ficaria conhecida como *Dissidência Comunista da Guanabara* (DI-GB), remontam ao pré-1964 e às acirradas divergências internas que abalaram o Partido Comunista Brasileiro, em especial suas bases universitárias. Ainda em 1964, surgiu uma *fração*, reunindo militantes comunistas universitários, contrários aos rumos sugeridos pela direção do PCB. Segundo a definição proposta por Daniel Aarão Reis, o termo "fração", no jargão comunista, refere-se a um "agrupamento, reunindo militantes de diferentes células, que se juntam para articular posições políticas, à revelia das direções estabelecidas".⁶ Os *fracionistas* eram aqueles que não aceitavam as decisões das maiorias e tentavam articular, por fora das instâncias

autorizadas pelo estatuto partidário, determinadas atividades secretas. Como nos estatutos do "Partidão" as frações eram formalmente proibidas, o chamado *fracionismo* era considerado um grave "desvio". No caso concreto, quando os estudantes comunistas começaram a organizar sua dissidência em relação ao PCB, o fizeram sob a forma de uma fração, *clandestina* aos olhos da direção partidária. Assim, só sabiam da existência dessa fração os militantes que nela estavam.

Essa "fração" era basicamente constituída por estudantes comunistas da Faculdade Nacional de Filosofia e da Faculdade de Direito (pertencentes à atual Universidade Federal do Rio de Janeiro)⁷, unidades onde o PCB contava com um número razoável de militantes que, no entanto, passaram a contestar as orientações teóricas e práticas do Partido. Essa *fração* difundiu-se nas universidades cariocas, atraindo um número cada vez maior de estudantes comunistas, muitos *calouros*, que já eram convocados a travar a luta interna no "Partidão". Além disso, os *fracionistas* chegaram a estabelecer contatos com militantes universitários comunistas de outros Estados. Para tanto, contribuíram a "Ação Popular" e a "POLOP", que apresentaram contatos e conexões, em outras faculdades na Guanabara e demais Estados. Como estas organizações também discordavam das orientações gerais do PCB e queriam seu enfraquecimento ou desagregação, eram simpáticas ao fortalecimento dos dissidentes do Partido. Não tardaria e essa dissidência clandestina viria à tona, consolidando o abismo que já se instalara entre os *pecebistas* e os *dissidentes*.

Finalmente, em 1966, por ocasião das eleições parlamentares, inserida no contexto de crescente radicalização estudantil e de aprofundamento das divergências com as táticas e estratégias propostas pelo PCB, a recusa em obedecer as orientações do partido culminou no rompimento definitivo dos *dissidentes* com o Partido Comunista Brasileiro. Assim sendo, em novembro de 1966, o "Partidão" partia-se, novamente. Neste "racha", muitos militantes – que, na prática, já estavam desvinculados da direção do PCB – abandonaram as fileiras do velho partido comunista e fundaram, agora oficialmente e não mais como *fração*, uma nova organização.

A partir de então, no contexto de crescente mobilização e radicalização do movimento estudantil, a Dissidência da Guanabara encontrou terreno fértil para sua organização e consolidação no meio estudantil e político nacional, garantindo seu lugar entre as organizações de esquerda mais atuantes e combativas no pós-1964 e cuja atuação, um pouco mais tarde, romperia os limites universitários.

Após superar, em 1967, um processo de luta política interna⁸, a DI-GB traçou uma trajetória ascendente, inserida no contexto de ebulição do movimento estudantil brasileiro, sobretudo no emblemático ano de 1968, quando, em todo o mundo, a *revolução* ganhava corações e mentes. Ao privilegiar as reivindicações de caráter estudantil, sem perder de vista as bandeiras da luta política mais geral, a DI-GB viu seu prestígio aumentar, juntamente com seu poder de mobilização, que, em 1968, alcançou seu maior grau. Assim sendo, a Dissidência da Guanabara exerceu liderança incontestada no movimento estudantil carioca, ao mesmo tempo em que ampliou sua expressão nacionalmente.⁹

A década de 1960, e em especial o ano de 1968, foi marcado também por uma verdadeira efervescência cultural, que desafiava as normas e costumes estabelecidos. A rebeldia ultrapassava os limites da política e a contestação ao sistema significava também a contestação de um estilo padrão de vida. Revolução sexual, pílula anticoncepcional, emancipação feminina, Cinema Novo, Tropicalismo, psicodelismo, *hippies*, "paz e amor"... Os projetos e aspirações desta geração que experimentou conjuntamente novas formas de criar, na arte e na vida, eram tão revolucionários quanto as propostas das organizações de esquerda, sobretudo as que pegaram em armas. Mas, logicamente, tratava-se de um *outro projeto de revolução*. E esse projeto alternativo foi absorvido de forma restrita pelas organizações da esquerda armada, que, em sua maioria, embora radicalizadas politicamente, eram conservadoras do ponto de vista comportamental. Nesse sentido, a DI-GB destacou-se como a organização que mais se apropriou dos valores de 68, ou seja, os *dissidentes* cariocas podem ser considerados os mais "*moderninhos*" revolucionários. Ainda assim, o conservadorismo também estava presente na DI-GB, sobretudo nas suas lideranças mais radicalizadas. Constatamos, portanto, que a organização conseguia ser, *concomitantemente*, tão sectária e preconceituosa quanto revolucionária e libertária.

A Dissidência Comunista da Guanabara também se notabilizou pela valorização da formação teórica de seus militantes. Assim sendo, ela pode ser considerada, entre as demais organizações revolucionárias, *um dos grupos mais intelectualizados* do período. A maioria de seus militantes – como acontecia com as demais organizações – era formada por homens, jovens, oriundos das camadas médias, residentes em grandes cidades e, sobretudo, por estudantes. Além disso, foi possível observar que a Dissidência da

Guanabara, ao longo de sua trajetória, vislumbrava a integração numa organização maior, com bases sociais mais amplas e penetração em outros Estados. Contudo, apesar das tentativas ou expectativas, não foi possível viabilizar uma articulação nacional com as demais Dissidências do PCB – que, em cada Estado, seguiram rumo próprio – nem tampouco uma fusão orgânica com outras organizações revolucionárias como a "Vanguarda Armada Revolucionária Palmares" e a "Ação Libertadora Nacional". Assim sendo, a DI-GB seguiu trajetória própria, mas percorreu caminhos semelhantes aos traçados pelas demais organizações revolucionárias, caminhos que por vezes se entrelaçavam.

A partir do segundo semestre de 1968, quando o movimento estudantil entrou em refluxo e a ditadura reprimiu sem clemência os que insistiram em organizar o movimento, as lideranças estudantis e os que compunham a chamada "massa avançada" – que já militavam em organizações de esquerda comprometidas com a idéia de preparar a luta armada¹⁰ – passaram à militância política além das fronteiras escolares, convertendo-se às ações armadas e abandonando, paulatinamente, o movimento estudantil. Segundo os dados levantados pelo *Projeto Brasil: Nunca Mais*¹¹, mais de quarenta organizações clandestinas atuaram no Brasil ao longo das décadas de 1960 e 1970. A trajetória destas organizações foi marcada por múltiplas cisões, que fragmentaram a esquerda armada, diluindo o número de militantes em dezenas de pequenos grupos.¹²

Inserida no contexto marcado pelo refluxo do movimento estudantil e radicalização das lideranças, onde diversas organizações da esquerda brasileira optaram pelo recurso às armas, a Dissidência da Guanabara, que já defendia a perspectiva da luta armada, também adotou formas mais radicais de luta. Em fins de 1968, a DI-GB já se envolveu em ações armadas, mas seria em abril de 1969, por ocasião da realização (clandestina) de sua III Conferência, que os *dissidentes* cariocas se definiram enquanto "organização comunista empenhada na guerra revolucionária"¹³ e adentraram, efetivamente, na guerrilha urbana.

Se até 1968, a DI-GB estava voltada *basicamente* para o movimento estudantil, a partir de 1969, seus recursos, seus militantes e seus projetos voltar-se-iam também, e sobretudo, para a preparação da luta armada. Contudo, é importante destacar que a organização defendia que *a adoção da luta armada não deveria excluir outras formas de luta não armadas*, ao contrário, estas diferentes formas de luta deveriam caminhar lado a lado no bojo do

processo revolucionário. Assim sendo, a Dissidência da Guanabara, apesar de ter se engajado nas ações armadas, não pode ser considerada uma organização *militarista*, pois ao contrário de outros grupos, a DI-GB nunca menosprezou nem abandonou as lutas de massas.¹⁴

Em 1969, a DI-GB alterou sua estrutura interna e foram criadas três frentes de trabalho. A *Frente de Trabalho das Camadas Médias*, dado o refluxo do movimento estudantil, que dera fôlego e projeção à organização, concentrava-se na distribuição clandestina do jornal *Resistência*, mas os trabalhos, há muito, não conquistavam apoio de setores expressivos da sociedade. A *Frente de Trabalho Operário* atuava basicamente em ações de propaganda armada nas portas de fábricas, tentando recrutar operários para a organização. No entanto, apesar de seus esforços, a Dissidência da Guanabara não conseguiu conquistar apoio junto aos operários. Os contatos eram escassos e nenhum militante da organização era efetivamente operário. Por sua vez, a *Frente de Trabalho Armado* continuava com força total, realizando importantes ações de *expropriações* de bancos e armas. Mas seria em setembro de 1969 que a organização alcançaria notabilidade nacional e internacional, após conceber e realizar – com auxílio da Ação Libertadora Nacional (ALN) – a captura do embaixador dos Estados Unidos, a mais ousada ação realizada pela esquerda armada brasileira.¹⁵ O sucesso da ação, do ponto de vista dos guerrilheiros – suas exigências foram cumpridas pelos militares; ninguém saiu ferido ou preso durante a operação e o embaixador foi libertado, em perfeitas condições, após a chegada ao México dos presos políticos selecionados –, parecia imprimir no horizonte um vermelho revolucionário.

Foi no curso da ação da captura do embaixador estadunidense que a Dissidência Comunista da Guanabara empreendeu outra importante guinada em sua trajetória: a mudança do nome da organização, que passou a se chamar *Movimento Revolucionário 8 de Outubro* (MR-8). Na hora de assinar, junto com a ALN, o manifesto revolucionário, redigido por Franklin Martins, em que os guerrilheiros expuseram suas razões e exigências, surgiu a dúvida: como assinar? Como destacou Gorender, se assinassem como "Dissidência da Guanabara" surgiria uma interrogação para o público não iniciado: Dissidência de quê?¹⁶ Já Alberto Berquó, com base em entrevistas com os participantes da ação, informa que a direção da DI-GB questionou-se: "como a organização assinaria? Dissidência da

Guanabara? DI? Soava ridículo. Isso não era nome público de organização revolucionária".¹⁷

Na realidade, a DI-GB adotou o nome de MR-8 para desafiar a ditadura. Quando a repressão desbaratou uma pequena célula de militantes políticos¹⁸, anunciou triunfantemente que destruíra o *grupo terrorista* MR-8 – nome criado pela própria repressão a partir do título de um jornalzinho encontrado com os militantes.¹⁹ Ao assumir o suposto nome da organização recentemente aniquilada, a DI-GB objetivava fazer uma jogada publicitária, uma espécie de contra-propaganda, para desacreditar o sucesso que a repressão anunciara. Os jovens da Dissidência Comunista da Guanabara, ao assinarem o manifesto que foi entregue à imprensa após o rapto, rebatizaram-se de MR-8, provando à ditadura que a revolução continuava viva e forte. Na continuidade do nome, estava a continuidade da luta: "De agora em diante nos chamaremos MR-8. O MR-8 éramos nós".²⁰

Portanto, o ano de 1969 representa um "divisor de águas" na história da DI-GB: a opção oficial pela luta armada, a captura do embaixador, a notabilidade entre as organizações revolucionárias, a mudança de nome. A organização afastava-se cada vez mais de seu passado recente de grandes mobilizações estudantis, manifestações de rua e articulação com os movimentos sociais e enveredava-se nas ações armadas urbanas, esboçando tentativas (frustradas) de deflagrar a guerrilha rural e caminhando para um crescente isolamento social. De 1969 até o início da década de 1970, a trajetória da Dissidência Comunista da Guanabara, agora chamada de Movimento Revolucionário 8 de Outubro, possuiu um traço de continuidade, ou seja, tratava-se, *na prática*, da *mesma organização*, ainda que tenha adotado um novo nome, empregando novos métodos e vivenciando uma nova etapa em sua história.

Nos primeiros anos da década de 1970, o MR-8 (como passou a ser conhecida a DI-GB) viu seu prestígio aumentar, mas ao mesmo tempo, teve de enfrentar – junto com as demais organizações – a intensificação da repressão ditatorial. Logo após a ação da captura do embaixador, o governo editou dois novos atos institucionais (nº 13 e nº 14), que decretavam, respectivamente, a pena de banimento para os presos políticos trocados pelo embaixador e a adoção da pena de morte para crimes de "guerra subversiva". A repressão tornou-se ainda mais feroz. Em pouco tempo, a prisão, a tortura, a morte ou o exílio tornaram-se destinos quase certos para os participantes da luta armada no Brasil.

Nesse contexto, o *Oito*, como se apelidara a organização, "cercado nas cidades, e, nas cidades, cercado"²¹, agonizava.²² A organização, que então contava com a militância "ilustre" do Capitão Carlos Lamarca, procurou fugir do cerco da repressão nas cidades e tentou esboçar a tão sonhada guerrilha rural no sertão da Bahia. A tentativa fracassou. O sertão não virou mar. Morte do capitão guerrilheiro. Morte de um projeto revolucionário. Ainda havia saída? O exterior. O Chile de Salvador Allende e da Unidade Popular enchiam os corações das esquerdas sul-americanas de esperanças revolucionárias. Um novo fracasso. Um novo golpe. Brasil, 1964. Chile, 1973. Concomitantemente à derrocada da *via chilena* de construção do socialismo, a organização enfrentava um amplo processo de redefinição de rumos. Autocrítica. Polêmicas. Abandonar a luta armada? Novas formas de luta? Que caminho seguir?

No desenrolar destes debates, o *Oito* "rachou" em duas partes: de um lado, o *MR-8 Direção Geral* (MR-8/DG), que reunia o núcleo dirigente que abandonara o Brasil (como Sergio Rubens, João Salgado e Juca Oliveira) e mais alguns dirigentes já no exílio (como Franklin Martins e Carlos Alberto Muniz), que criticavam a luta armada empreendida até então e inspiravam-se nas teses da "Política Operária" (PO) – uma espécie de refundação da ORM-POLOP – que, "situando-se numa perspectiva leninista ortodoxa, criticava sem reservas as ações armadas em curso, consideradas *vanguardistas* e *esquerdistas*, defendendo a centralidade da classe operária e a necessidade de concentrar esforços políticos no trabalho junto ao proletariado"²³; e de outro lado, o *MR-8 Construção Partidária* (MR-8/CP), que reunia alguns militantes exilados, entre eles Vladimir Palmeira e Daniel Aarão Reis, que também faziam a autocrítica da luta armada, mas recusavam-se a se aproximar das propostas da PO. O MR-8/CP teve vida curta: após o golpe militar no Chile em setembro de 1973, liderado pelo general Augusto Pinochet, seus militantes espalharam-se por diversos países e não foi possível manter os vínculos políticos. Já o MR-8/DG chegou a realizar, antes do golpe, uma conferência onde decidiu encerrar as ações armadas e concentrar seus esforços nos trabalhos em sindicatos operários e associações populares no Brasil. A partir de então, reativou contatos e conseguiu articular um trabalho político no interior do país. Junto com a "Ação Popular Marxista-Leninista" (APML) e a "Política Operária", o MR-8 editou no exterior a revista *Brasil Socialista*, que circulou clandestinamente no Brasil. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, este "novo" MR-8 participou ativamente da reorganização dos

movimentos sociais e do processo eleitoral, apoiando candidatos "progressistas" do MDB (atual PMDB), partido ao qual acabou integrando-se, e onde ainda hoje forma um pequeno núcleo.²⁴

Assim sendo, o ano de 1973, marcado pelo golpe militar no Chile, também representa mais um importante marco temporal na trajetória do MR-8 – e, dessa vez, um marco final, pelo menos para esse MR-8 que estamos analisando. Em 1969, como vimos, a *Dissidência Comunista da Guanabara* (DI-GB), já empenhada nas ações armadas, adotou o nome de *Movimento Revolucionário 8 de Outubro* (MR-8). A mudança de nome, entretanto, não representou uma ruptura em suas táticas e estratégias revolucionárias. DI-GB e MR-8 eram a mesma organização. No entanto, o mesmo não se pode dizer das guinadas empreendidas pela organização a partir de 1973, após os "rachas" sofridos no exterior. Os poucos militantes que restaram do antigo MR-8, após acirradas divergências com seus outrora camaradas, condenaram as ações armadas e iniciaram um novo capítulo na história da organização. Anos mais tarde, o MR-8 seria reorganizado no Brasil, assumindo, porém, uma orientação política bastante diferente da anterior. Nesse caso, ao contrário do que ocorrera em 1969, o nome ainda era o mesmo: *Movimento Revolucionário 8 de Outubro*. Contudo, consideramos que por suas novas formulações e práticas políticas tratava-se, na verdade, de *uma nova organização*, que se afastou cada vez mais de seu passado revolucionário. Com outra inspiração, novas palavras de ordem e novas formas de luta, entre este MR-8 e seu predecessor medeia um verdadeiro abismo.

Notas de Referência

- * Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Contato: belprisk@hotmail.com
- ¹ Para uma análise mais aprofundada acerca do programa político defendido pelo PCB no período que antecedeu o golpe de 1964 e o papel exercido por ele no seio das esquerdas no início da década de 1960, cf: AARÃO REIS, Daniel. "Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964". In: RIDENTI, Marcelo & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. volume 5. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2002.
- ² Para maiores informações sobre as organizações de esquerda que atuavam no Brasil às vésperas do golpe de 1964 e sua contestação ao PCB, ver, entre muitos outros: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS,

Daniel (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (Coleção As esquerdas no Brasil, volume 3); RIDENTI, Marcelo & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. volume 5. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2002.

³ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. UNESP, 1993, p. 28.

⁴ Vale destacar que, no imediato pós-golpe, pouco se questionou sobre porque as alternativas de esquerda ao PCB, como a AP, a ORM-POLOP, o PCdoB e os nacionalistas de esquerda, identificados com o "brizolismo", também não foram capazes de evitar ou amenizar os efeitos devastadores da intervenção militar.

⁵ A *Corrente Revolucionária* era encabeçada por Carlos Mariguella, de São Paulo; Jacob Gorender, no Rio Grande do Sul; Mário Alves, em Minas Gerais; e Apolônio de Carvalho, no antigo Estado do Rio de Janeiro. A luta interna no PCB se intensificou a partir de maio de 1965, quando o Comitê Central reuniu-se pela primeira vez após o golpe de 1964 e reafirmou a linha política de 1960, atribuindo a derrota aos chamados *desvios de esquerda*. Em 1967, os principais membros da *Corrente Revolucionária* foram formalmente expulsos do "Partidão" e, junto com as levas de militantes que os seguiram na saída do PCB, dariam origem, posteriormente, ao *Partido Comunista Brasileiro Revolucionário* (PCBR) e à *Ação Libertadora Nacional* (ALN). Sobre a trajetória destas organizações, ver, entre muitos outros, GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 5ª edição. São Paulo: Ática, 1999.

⁶ CAMURÇA, Marcelo Ayres & AARÃO REIS, Daniel. "O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB". In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 145 (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 3)

⁷ Em 1965, a Universidade do Brasil teve sua denominação alterada para Universidade Federal do Rio de Janeiro, mas o novo nome não "pegou" de imediato. Além disso, as faculdades da antiga Universidade do Brasil eram chamadas de "nacionais" e assim continuaram a ser conhecidas ao longo da década de 1960.

⁸ Alguns militantes da organização defendiam a integração na *Corrente Revolucionária*, que ainda estava travando a luta interna dentro do PCB; outros propunham a adesão ao PCdoB e, por fim, figuravam os que almejavam consolidar a nova organização, na expectativa de formar uma organização nacional, com as demais dissidências. Dessa forma, cerca de um ano após o "racha" com o PCB, foi a vez da própria Dissidência *rachar-se* nestas três vertentes, além da criação um pouco mais tarde, por alguns militantes, da Dissidência da Dissidência da Guanabara (DDD). Os que debandaram para a *Corrente Revolucionária*

posteriormente ingressariam no *Partido Comunista do Brasil* (PCdoB) e/ou no *Partido Comunista Brasileiro Revolucionário* (PCBR). Por sua vez, os que fundaram a DDD, defensores do "foquismo" e, em grande parte, presentes no movimento estudantil secundarista, integrariam, posteriormente, os *Comandos de Libertação Nacional* (COLINA).

⁹ Para uma análise detalhada da atuação e consolidação da DI-GB no cenário estudantil e político nacional ao longo da década de 1960, cf: SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. *Os filhos rebeldes de um velho camarada: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

¹⁰ A opção pelas armas por parte das esquerdas brasileiras não foi uma inovação da década de 1960. Ademais, já na década de 1960, as propostas e tentativas – fracassadas – de luta armada surgiram antes mesmo do golpe civil-militar de 1964.

¹¹ Trata-se de um amplo projeto, organizado pela Arquidiocese de São Paulo, que procurou recuperar as regras do sistema jurídico que vigorou no Brasil a partir de 1964, quando da implantação da ditadura civil-militar, elegeo como fonte básica os autos dos processos judiciais instaurados durante o regime autoritário para apuração dos crimes de natureza política. A partir de mais de 700 processos completos reunidos pela equipe do projeto, localizados, sobretudo, no Superior Tribunal Militar, foi possível analisar as instituições jurídico-políticas do regime militar, a estrutura do aparelho repressivo, a legislação de segurança nacional, o perfil dos atingidos e as práticas de tortura sistemática.

¹² Para um breve painel das organizações da esquerda armada brasileira e sua atuação política ao longo das décadas de 1960 e 1970, cf: RIDENTI, Marcelo. "Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970". In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (Coleção As esquerdas no Brasil, volume 3) e RIDENTI, Marcelo. "Esquerdas armadas urbanas (1964-1974)". In: RIDENTI, Marcelo & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 60*, volume 6. São Paulo: UNICAMP, 2007.

¹³ AARÃO REIS, Daniel & SA, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução – documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda, 1961-1971*. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 440.

¹⁴ Organizações esquerdistas *militaristas* eram aquelas que adotavam formas de luta e de propaganda armada e desprezavam as formas de luta de massas. A *Vanguarda Popular Revolucionária* (VPR) e a *Ação Libertadora Nacional* (ALN) são consideradas as organizações que mais extremaram o militarismo em sua prática revolucionária.

¹⁵ Em troca do embaixador, os guerrilheiros conseguiram, além da publicação de um manifesto revolucionário nos principais veículos de

comunicação do país, a libertação de 15 presos políticos, *banidos* – esta foi a figura jurídica “inventada” pela ditadura para legalizar a saída dos presos do país – e levados ao México, a bordo do avião Hércules 56 da FAB. Para um relato detalhado da ação de captura do embaixador e seu desfecho, cf.: BERQUÓ, Alberto. *O seqüestro dia-a-dia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

¹⁶ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 5ª edição. São Paulo: Ática, 1999, p.182.

¹⁷ BERQUÓ, Alberto. *O seqüestro dia-a-dia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

¹⁸ Tratava-se da Dissidência Estudantil do Rio de Janeiro (DI-RJ), surgida em Niterói e que, desde o final de 1968, tinha optado pelo afastamento das cidades, transferindo seus militantes para duas fazendas em Cascavel e Montelândia, no Paraná, onde organizariam um foco guerrilheiro, que deveria atuar na região de Foz do Iguaçu.

¹⁹ O nome “Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)” fazia referência à data da morte do líder revolucionário Ernesto “Che” Guevara, em 08 de outubro de 1967, na Bolívia. No entanto, hoje se sabe que “Che” foi capturado no dia 8 de outubro, mas só foi assassinado no dia seguinte, em 9 de outubro de 1967.

²⁰ GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 96.

²¹ CAMURÇA, Marcelo Ayres & AARÃO REIS, Daniel. “O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB”. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 137 (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 3)

²² Referência à expressão, empregada na época, de autoria de Carlos Vainer, então militante da direção do MR-8.

²³ CAMURÇA, Marcelo Ayres & AARÃO REIS, Daniel. “O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB”. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 138 (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 3)

²⁴ *Idem*, p. 138-145. Para maiores informações sobre a trajetória do MR-8 nas décadas de 1970 e 1980, cf. CAMURÇA, Marcelo Ayres. *Os “melhores filhos do povo”: um estudo do ritual e do simbólico numa organização comunista – o caso MR-8*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

Polícia Política em Minas Gerais: *Fabricação de crimes políticos* e imaginário anticomunista no regime militar de 1964

Júlia Lettícia Camargos*

(...) *Basta uma testemunha / (verdadeira ou falsa)
basta um simples indício / para torná-lo – o indiciado
Os verdugos farão tudo / conforme leis e tratados
Infâmias não proferidas / ideais de fé frustrados
sonhos um dia sonhados / serão crimes sem saída (...)*
(Lara de Lemos – Inventário do Medo)

Polícia Política e Anticomunismo, algumas considerações

O golpe que inaugurou o regime militar no Brasil em 1964 gerou significativas mudanças na ordem política econômica e social do país, colocando fim ao curto período democrático experimentado pela sociedade desde o fim do Estado Novo em 1946. O arranjo governamental elaborado pelos militares a partir de 1964 caracterizou-se pela imposição de um Estado de exceção fundamentado na Doutrina de Segurança Nacional que atrelava a legitimação do Estado ao desenvolvimento econômico e, sobretudo à segurança interna. Um vasto esquema de informação e segurança destinado ao controle social e político foi criado transformando-se num dos sustentáculos da estruturação deste sistema ditatorial. A militarização do Estado implicou na institucionalização de um aparato repressivo atuando constantemente na manutenção da ordem social com a função de coibir quaisquer manifestações antagônicas à ordem instalada.

A polícia política teve papel fundamental na execução da segurança interna do país. Num estudo sobre Polícia e Polícia a socióloga Martha K. Huggins salienta que toda “ação policial é política” Segundo a autora, mesmo em situações em que a polícia não está diretamente ligada à repressão política, ou seja, em suas atividades “normais” ela se configura como tal porque se encontra sustentada pelo Estado no exercício de manutenção do poder.²

De fato todas as ações policiais estão ligadas à política do Estado, todavia, há distinções que separam a polícia política de outras modalidades convencionais de polícia, primeiramente, trata-se de um corpo especializado treinado para prevenir e combater crimes contra o Estado. René Rémond elucida que a política é uma atividade relacionada ao exercício, conquista e prática do poder sendo assim,